



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11184827/2019-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.002035/2019-19

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO 04/2019**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço especializado de Leiloeiro Oficial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (FICTO)	PERCENTUAL DE DESCONTO
1	3972	Administrar e operacionalizar os leilões referentes aos veículos cujos processos transitaram em julgado com perdimento de bens para a União – SENAD – Secretaria Nacional de Política sobre Drogas os quais encontram-se nos pátios da SR/PF/AC e suas Descentralizadas.	MESES	12	R\$ 100,00	De 0% a 100%

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Leiloeiro Oficial.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de Leiloeiro Oficial baseia-se no fato de que a Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre em conjunto com suas descentralizadas e, têm um total aproximadamente 150 veículos apreendidos nas mais diversas ações penais, que aqui e lá permanecem sob custódia da Autoridade Policial Judiciária. Por esse motivo, existe a necessidade de alienar os veículos que já detém a decisão judicial com perdimento para União para desocupar o pátio onde se localizam os veículos e evitar a criação de mosquitos

transmissores de doenças.

2.1.1. Especificamente com relação a veículos, sucatas de veículos e ferrosos em geral, tal procedimento cumpre o previsto no Decreto 8.662, de 1º de Fevereiro de 2016, que trata de medidas de prevenção e eliminação de focos do mosquito Aedes Aegypti no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, sendo necessário que o desfazimento dos referidos bens seja realizado de maneira ágil e contínua.

2.2. A contratação de Leiloeiro Oficial, conforme previsto no Art. 53 da Lei 8.666/93, ao invés de definir servidor, proporcionará exequibilidade, maior dinâmica e eficiência no processo de desfazimento de veículos, retidos nos pátios da Superintendência Regional de Polícia Federal do Acre - SR/PF/AC, e suas Descentralizadas - além de ter mais experiência e capacidade comparado ao servidor da Administração para executar o leilão.

2.3. Dessa forma, como a Polícia Federal tem a missão de repressão ao tráfico de drogas em nível nacional, ao contrabando e descaminho, e, nesta Superintendência Regional de Polícia Federal do Estado do Acre são apreendidos em média 10 carros a cada Operação de Desvio de Recursos Públicos ou de Repressão ao Tráfico ilícito de Drogas, vê-se necessário que haja constantemente as alienações destes veículos para que os mesmos não fiquem ociosos ou se deteriorem com o tempo no pátio desta Superintendência Regional do Estado do Acre ou em suas Descentralizadas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de contratação de leiloeiro oficial para liberar espaço no pátio da Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, suas Descentralizadas e postos de fiscalização afim de evitar acúmulo de mosquitos Aedes Aegypti e ter espaço para novas apreensões.

3.2. Há de se acrescentar que a alienação pode auxiliar este órgão caso necessite de mais carros para compor frota e facilitar a realização de suas atividades institucionais, evitando que os veículos fiquem ociosos nos pátios.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A contratada deverá dispor de sistema que possibilite a realização da sessão do leilão tanto presencial quanto via WEB, simultaneamente e em tempo real.

5.1.2. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá dispor de infraestrutura, pessoal, meios auxiliares necessários, bem como outros meios necessários ao cumprimento de todas as responsabilidades incumbidas a ela.

5.1.3. A duração do contrato será de 12(doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante e outros requisitos necessários para esta contratação estão previstas neste TR.

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

6.1. Os serviços alcançados no objeto serão executados com acompanhamento da Comissão Regional de Gestão de Pátio e Leilão, doravante denominada Comissão de Leilão ou servidor indicado pela Administração.

6.2. Competirá ao Leiloeiro, às suas expensas, após receber a relação dos bens a serem leiloados:

6.2.1. Assessorar na catalogação e registro dos bens;

6.2.2. Auxiliar na composição dos lotes conforme a melhor técnica e sugerir preços mínimos para o arremate.

6.2.3. Fazer a marcação dos lotes com tinta “spray” ou outro meio que garanta a sua fácil identificação.

6.2.4. Auxiliar nos procedimentos de elaboração e envio de documentos de notificação aos proprietários e demais interessados. Promover o encaminhamento físico dos mesmos, quando houver necessidade, sendo o ressarcimento das despesas de envio abatidas na prestação de contas feita pelo leiloeiro.

6.2.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Leiloeiro Oficial deverá dispor de equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, providenciando funcionários e materiais em quantidades suficientes para atendimento das exigências contratuais.

6.2.6. Providenciar a devida publicidade através de imprensa escrita, internet, além de outros meios necessários à ampla divulgação dos leilões e, em especial, confeccionar e distribuir catálogos e material publicitário impresso para divulgação do evento, a exemplo de folhetos, cartilhas, folders, etc.

6.2.7. Submeter, em tempo hábil para análise e aprovação da Comissão, todo material publicitário de Leilão, impresso ou não; contendo: a data do evento; o local; e qualquer decisão que possa impactar no andamento do Leilão ou nas atividades da Regional.

6.2.8. O contratado deverá dispor de plataforma virtual, e de todos os meios necessários para a realização de leilões presenciais e/ou virtuais, ficando a critério da Administração estabelecer que estes sejam por ventura somente presenciais, virtuais ou os dois de forma simultânea, visando alcançar uma maior público em geral.

6.2.9. Quando a Contratante não disponibilizar, alocar espaço para realização dos eventos, devendo este ser de fácil acesso e localização, com condições de conforto e segurança aos interessados e que comporte, no mínimo, 80 (oitenta) pessoas sentadas, respeitando a proporcionalidade do evento.

6.2.10. Dispor de sistema audiovisual e sistema de som para apresentação das imagens dos lotes a todos os participantes do Leilão.

6.2.11. Conduzir a sessão pública do Leilão.

6.2.12. Receber dos arrematantes os pagamentos referentes aos lotes arrematados.

6.2.13. Emitir relatório de arrematação em até 5 dias úteis após o leilão.

6.2.14. Emitir recibos, notas fiscais, relatório de prestação de contas, elaborar atas e demais formulários e documentos necessários à perfeita conclusão do procedimento de leilões que presidir.

6.2.15. Adotar as medidas legais cabíveis, na hipótese de o arrematante não efetuar o pagamento no prazo.

6.2.16. Apresentar, no prazo de até 30 (trinta dias úteis) a prestação de contas parcial com: todos os recibos; ata de leilão; relatório geral de venda; cópias dos editais publicados; cópias das faturas de leilão; cópias das identidades, CPF e comprovantes de residência dos arrematantes, ou cópias dos contratos sociais de empresas bem como procuração específica para indivíduos que representem estas empresas, caso não sejam os proprietários legais; e demais documentos pertinentes aos procedimentos do leilão, devendo para isto:

6.2.16.1. Apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da determinação da Comissão de Leilão, a prestação de contas definitiva, com todos os comprovantes, recibos e documentos relativos aos procedimentos adotados após a prestação de contas parcial.

6.2.16.2. Proceder a inutilização dos chassis, de plaquetas e das placas de identificação dos lotes leiloados, nos casos dos veículos sem condições de segurança para trafegar em via aberta ao público, ou seja, classificados como sucata, conforme orientação da Comissão de Leilão.

6.2.16.3. Providenciar relatórios e o registro fotográfico de todas as inutilizações, independentemente de acompanhamento da Comissão de Leilão.

6.2.16.4. Efetuar o pagamento dos débitos referentes a cada veículo leilado, conforme aprovação e orientação da Comissão de Leilão.

6.2.16.5. Depositar o saldo em conta definida pela Contratante, no prazo estabelecido.

6.2.16.6. Confeccionar relatório e encaminhá-lo à Comissão de Leilão, contendo, se houver, os casos de veículos que, quitados os débitos correspondentes.

6.2.16.7. Não havendo nenhum caso de veículo com saldo remanescente após pagamento dos débitos

referentes a cada veículo leiloado, conforme aprovação e orientação da Comissão de Leilão, a prestação de contas parcial será considerada definitiva.

6.3. Todas as despesas operacionais e administrativas serão custeadas pelo Contratado, exceto as extraordinárias e as elencadas abaixo, as quais serão custeadas pela Contratante:

6.3.1. Publicações no Diário Oficial da União;

6.3.2. Publicações no site da PF.

6.3.3. Publicações em Jornais Locais.

6.4. Do Local de Realização dos Leilões:

6.4.1. Os leilões presenciais serão realizados, preferencialmente, na Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre ou em local com infraestrutura suficiente para a condução dos trabalhos, desde que previamente aceito pela administração.

6.4.2. Afim de aumentar a participação de interessados nos Leilões, o leilão presencial deverá ser realizado simultaneamente, via Web.

7. INFORMAÇÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Na comissão do Leiloeiro Oficial deverão estar incluídos os encargos operacionais e administrativos, bem como todos os gastos diretos e indiretos efetuados pela operacionalização do leilão, exceto os de responsabilidade da Contratante expressos neste Termo Referência.

7.2. Os gastos diretos e indiretos excepcionais, que forem autorizados previamente pela Administração, poderão ser abatidos na prestação de contas como despesas efetuadas com o Leilão, de acordo com a ordem estabelecida na legislação em vigor.

7.3. Para fins de recebimento pelos serviços prestados o Leiloeiro Público Oficial poderá receber a soma da taxa do comprador (de responsabilidade do arrematante) e a taxa do comitente (objeto dessa licitação), conforme tabela exemplificativa abaixo:

7.3.1. Comissão= {TAXA DO COMITENTE (proposta vencedora, cujo valor máximo a ser pago será de 5% em caso de oferta de menor percentual de desconto 0%) + TAXA DO COMPRADOR (fixa em 5%)- responsabilidade pelo pagamento é do arrematante}.

<u>DESCONTO OFERTADO NA TAXA DE COMITENTE</u>	<u>TAXA DE COMITENTE COM DESCONTO OFERTADO NO PREGÃO</u>	<u>+ TAXA DE COMISSÃO DO COMPRADOR - FIXA</u>	<u>= COMISSÃO A SER PAGA PELO ARREMATANTE AO LEILOEIRO</u>
<u>0%</u>	<u>5%</u>	<u>5%</u>	<u>10%</u>
<u>1%</u>	<u>4,95%</u>	<u>5%</u>	<u>9,95%</u>
<u>5%</u>	<u>4,75%</u>	<u>5%</u>	<u>9,5%</u>
<u>25%</u>	<u>3,75%</u>	<u>5%</u>	<u>8,75%</u>
<u>50%</u>	<u>2,5%</u>	<u>5%</u>	<u>7,25%</u>
<u>75%</u>	<u>1,25%</u>	<u>5%</u>	<u>6,25%</u>
<u>100%</u>	<u>0%</u>	<u>5%</u>	<u>5%</u>

7.4. O pagamento da taxa de comissão do comprador será feita pelo arrematante do Item/lote diretamente ao leiloeiro. Ficando a CONTRATANTE, desde já, eximida de qualquer responsabilidade por eventual inadimplemento dos arrematantes.

7.5. O pagamento da taxa de comissão comitente, que é de encargo da Administração Pública, deverá ser deduzido pelo leiloeiro do valor do bem arrematado e o saldo repassado, por meio de GRU, DOC ou TED ao FUNAD – FUNDO NACIONAL ANTIDROGA, a saber:

Exemplo:

· Valor do bem arrematado: R\$ 10.000,00;

· Taxa de comissão do comprador- de responsabilidade do arrematante (sempre fixa em 5%): R\$ 500,00;

· Taxa de comissão do Comitente (variável e tema deste certame – Objeto de Disputa. Exemplo de 1%): R\$100,00.

Logo, o valor que o arrematante deveria pagar ao Leiloeiro seria de R\$ 500,00

O valor que o leiloeiro deveria repassar a Administração Pública, por meio de GRU, DOC ou TED (conforme detalhado no Anexo I – A) deveria ser de R\$ 10.000,00 - R\$ 100,00 (exemplo de taxa do comitente de 1%) = R\$ 9.900,00.

7.6. Assim, diante de todo o valor arrecadado com a venda dos bens, apenas será permitido ao leiloeiro, com a devida prestação de contas, promover o desconto do percentual da taxa de comissão devida pelo comitente (objeto dessa licitação) + eventual despesa que recaiam sobre os bens cujo pagamento seja imputado à SR/PF/AC, seja por previsão legal, ou assunção previamente comunicada pela CONTRATANTE à CONTRATADA. Assim, todas as demais despesas apresentadas neste Termo de Referência, decorrentes de obrigação da CONTRATADA correrão, única e exclusivamente, às custas da CONTRATADA.

7.7. Considerando as apreensões constantes de veículos utilizados para prática de atos ilícitos por operações e abordagem realizadas nesta Superintendência Regional, delegacias descentralizadas e postos de controle, espera-se que, num período de 12 (doze) meses seja realizados 02 (dois) leilões.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

8.1. Os licitantes, cadastrados no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica por meio de:

8.1.1. Atestado de Capacidade Técnica deverá conter as seguintes informações: Identificação do Leiloeiro Oficial (nome, CPF e registro no órgão competente); Período em que foram prestados os serviços ou a partir do qual vem sendo prestado; Percentual de vendas atingido, em relação a quantidade de bens ofertados; Quantidade de itens levados a Leilão; Quantidade de itens arrematados; Dados completos da pessoa jurídica dos bens leiloados (razão social, endereço, telefone, e-mail, etc); Tipos de bens leiloados e data da realização do leilão ou da data programada.

8.2. Somente poderão participar da licitação os Leiloeiros Oficiais que possuam cadastro ativo e sem restrições para atividade no órgão competente (Junta Comercial do Acre) e que satisfaçam as condições exigidas no Edital e seus Anexos.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Comissão de Leilão, a qual poderá conter o cronograma de prioridade a ser cumprido para os leilões, na qual serão definidas estratégias, local, data, etc.

9.2. A execução dos trabalhos afetos à realização de cada leilão será iniciada, no máximo, em até 15 (quinze) dias do recebimento da Ordem de Serviço com a relação de veículos a serem leiloados.

9.3. A Administração poderá alterar a relação de veículos no decorrer do certame, caso se constate algum impedimento.

9.4. O prazo estabelecido para início e término de cada processo de Leilão será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa e desde que aceito pela Administração.

9.4.1. O prazo acima poderá ser suspenso por necessidade da Administração.

9.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no decorrer dos procedimentos e na prestação de contas parcial de cada Leilão, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

9.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos ou refeitos no prazo fixado pela

Comissão de Leilão, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.7. Os serviços serão recebidos definitivamente pela Comissão de Leilão, após a conferência da prestação de contas definitiva do Contratado.

9.8. A Comissão de Leilão terá 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da prestação de contas definitiva do Leiloeiro Oficial, para sua conferência e realização do recebimento definitivo mediante termo circunstanciado.

9.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Leiloeiro Oficial pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DA VISTORIA

10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos locais onde estiverem os materiais acompanhado por servidor designado para esse fim, devendo o agendamento ser efetuado previamente com a Comissão de Leilão.

10.2. Os veículos a serem leiloados estão depositados nos pátios da Superintendência Regional de Polícia Federal do Acre.

10.3. O prazo para agendamento e vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

10.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11. O CONTRATO

11.1. Tendo em vista a peculiaridade e complexidade da natureza do serviço a ser contratado, o prazo de vigência será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 meses, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2. O prazo de vigência estipulado acima é justificado pela quantidade de bens materiais a serem leiloados, concomitante às tarefas de realizar o levantamento, identificação e classificação técnica da situação dos veículos recolhidos em depósitos sob responsabilidade da Superintendência de Polícia Federal no Acre.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento da Taxa de Comitente (objeto dessa licitação), a que se refere o caput do art. 24 do Decreto nº 21.981/32, será efetuada por dedução dos valores arrecadados com o leilão, conforme apresentado no Item 7 deste Termo de Referência, como por exemplo:

a) Valor do bem arrematado: R\$ 10.000,00

b) Taxa de comissão do comprador- de responsabilidade do arrematante (sempre fixa em 5%): R\$ 500,00

c) Taxa de comissão do Comitente (variável e tema deste certame. Exemplo se for 1%): R\$ 100,00.

d) Logo, o valor que o arrematante deveria pagar ao Leiloeiro seria de R\$ 500,00

e) O valor que o leiloeiro deveria repassar a Administração Pública, por meio de GRU, DOC ou TED (detalhada no Anexo I – A) deveria ser de R\$ 10.000,00 - R\$ 100,00 (exemplo de taxa do comitente de 1%) = R\$ 9.900,00.

12.2. Quanto ao pagamento da Taxa do Comprador (que não é objeto dessa licitação), a que alude o parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981/32, deverá ser paga pelos arrematantes, eximindo a SR/PF/AC, desde já, por eventual inadimplemento.

12.3. Todas as orientações necessárias para a emissão da GRU, DOC ou TED por parte do Leiloeiro ao FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas, encontra-se descrito no (Anexo I – A) deste Termo de Referência.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por fiscal, Comissão de Leilão devidamente nomeada, ou outra forma designada, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4. Observar para que, durante a vigência do contrato, seja mantida pelo Leiloeiro Oficial a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

13.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.6. Receber os serviços, objeto do contrato, nos termos e condições pactuados.

13.7. Assegurar o livre acesso ao Leiloeiro Oficial, ao seu preposto legal, ou a seu(s) representantes(s), quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas atividades.

13.8. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência.

13.9. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Leiloeiro Oficial.

13.10. Custear as despesas sob sua responsabilidade, previstas neste Termo de Referência.

13.11. Pagar à Contratada, o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.12. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.13. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.13.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.13.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

13.13.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

13.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.16. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

13.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

13.18. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

14.2. Disponibilizar infraestrutura de tecnologia para viabilizar a participação de interessados via web, recebendo online, com interatividade entre os lances ofertados de maneira presencial e eletrônica.

14.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da taxa paga pelo arrematante, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

14.5.1. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá;

14.5.2. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos auxiliares ou terceirizados que

adentrarão aos locais para a execução do serviço.

14.5.3. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

14.6. Manter e orientar seus auxiliares ou terceirizados a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento.

14.7. O Leiloeiro Oficial poderá indicar um preposto legal nos moldes da Instrução Normativa DNRC nº 113, de 28 de abril de 2010, e da Instrução Normativa DREI nº 17, de 05 de dezembro de 2013, indicando-se número de telefone fixo e celular, o qual será responsável pela supervisão geral e gerenciamento dos serviços, com poderes de representante do Leiloeiro Oficial, inclusive para, em nome deste, receber correspondências, notificações, assinar documentos, participar de reuniões e tomar decisões referentes à contratação, sendo-lhe permitido acesso às dependências da SR/PF/AC e suas descentralizadas, devidamente identificado com crachá da empresa, para consecução dessa finalidade, além de outras como realizar acompanhamento dos serviços, tramitar documentos do Leiloeiro Oficial, e outras informações relativas à prestação do serviço, exceto as de execução obrigatória do Leiloeiro Oficial.

14.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

14.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

14.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os auxiliares ou terceirizados, quando em serviço, quanto às leis trabalhistas, previdenciárias e demais exigências legais.

14.12. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que seja praticada por seus auxiliares ou terceirizados, durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante.

14.13. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

14.14. Instruir seus auxiliares ou terceirizados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração e a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Leiloeiro Oficial relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

14.15. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos auxiliares no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

14.16. Fica terminantemente proibido o encaminhamento de lances arrematação de lotes por parte dos auxiliares ou terceirizados do leiloeiro oficial.

14.17. Comunicar ao Fiscal do contrato e a Comissão do Leilão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.18. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.19. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.20. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

14.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

14.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.23. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho ao menor de 16 (dezesesseis) anos, nos leilões, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

14.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.29. Prestar contas dos valores recebidos, obedecida a legislação específica.

14.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

14.31. Não utilizar o nome da Polícia Federal, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios de visita, anúncios diversos, impressos, com exceção da divulgação do evento específico.

14.32. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.33. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

14.33.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

14.33.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

14.34. Além das obrigações elencadas acima, são obrigações do Leiloeiro Oficial em especial o atendimento às disposições do Decreto nº 21.981/1932, da Instrução Normativa DNRC nº 113, de 28 de abril de 2010 e Instrução Normativa DREI nº 17, de 05 de dezembro de 2013.

14.35. As demais obrigações que constarem no Contrato.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade

da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo exercidos por fiscal, Comissão de Leilão, ou outra designada, na forma dos Artigos 67 e 73 da Lei nº 8666/93, e do Artigo 6º do Decreto nº 2.271/97.

17.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda

a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

19. REAJUSTE

19.1. A presente contratação não será passível de reajuste tendo em vista que o pagamento da prestação do serviço será regulado pelo percentual previsto no “caput” do art. 24 do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, objeto de disputa do presente certame, e pelo percentual previsto no § único do mesmo artigo, de caráter obrigatório.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto dessa licitação se refere a prestação de um serviço em que o pagamento só ocorre quando há a efetivação do serviço.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. Cometer fraude fiscal

21.1.6. Não manter a proposta

21.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

21.2.2. Multa moratória de 0,07% (zero virgula zero sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

21.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

21.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

21.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

21.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

21.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da taxa paga pelo arrematante, ou ainda, quando for o caso,

serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.4.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.4.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.7.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Os estabelecidos no item 8 deste Termo de Referência.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. Valor unitário da taxa de comissão.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o maior desconto.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor unitário máximo FICTO de R\$ 100,00 (cem reais) onde incidirá o maior desconto conforme estabelece a TABELA de equivalência estabelecida no item 7 deste Termo de Referência.

23.2. O valor de referência adotado no quadro acima tem fins único de viabilizar operacionalização da contratação no sistema Comprasnet.

23.3. Conforme estabelece o art. 24 do Decreto nº 21.981/32 que regulamenta a profissão de leiloeiros existe a Taxa de Comissão paga pelo comitente (contratante) de até 5% sobre o bens moveis (veículos).

23.4. Assim, a licitação em voga tem por critério para seleção da proposta mais vantajosa, o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre a TAXA DE COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE DA COMITENTE, assim, o menor percentual de desconto que será aceito pela SR/PF/AC será a de 0 (zero) %.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. O contrato advindo da licitação não acarretará em despesas diretas à SR/PF/AC, visto que, caso ao final do processo licitatório seja vencedora licitante com Taxa de Comitente (critério de seleção da proposta mais vantajosa a Administração Pública) a mesma será custeada por dedução do valor total de arremate dos bens, já a outra taxa (que não é objeto dessa licitação), fica a cargo da comissão a ser paga pelo arrematante, por previsão expressa no Artigo 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/1932, logo, resta afastada a necessidade de indicação de dotações de recursos próprios no contrato advindo desta licitação.

PAOLA CAROLINE SILVA AZEVEDO

Agente de Polícia Federal
Membro da Comissão de Leilão

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação.

DOUGLAS DAGOSTIN

Escrivão de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

DESPACHO:

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05 e Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização da licitação para a contratação do serviço de Leiloeiro Oficial com objetivo da realização de leilões de veículos e bens diversos oriundos de práticas ilícitas apreendidos em todo Acre pela Polícia Federal e outras entidades que destinam estes bens ao pátio da SR/PF/AC, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas.

DIANA CALAZANS MANN

Delegada de Polícia Federal
Superintendente Regional SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS DAGOSTIN, Gestor Financeiro**, em 06/06/2019, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAOLA CAROLINE SILVA AZEVEDO, Agente de Polícia Federal**, em 06/06/2019, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIANA CALAZANS MANN, Superintendente Regional**, em 06/06/2019, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11184827** e o código CRC **0674E18C**.